

## **Educação de Jovens e Adultos: Um Estudo dos Níveis de Consciência nessa modalidade em tempos de resistência.**

**Miriam Paulo da Silva Oliveira<sup>1</sup>**

**Derlis Ortiz Coronel<sup>2</sup>**

### **RESUMO**

Este trabalho teve como objetivo mostrar que a educação de Jovens e Adultos (EJA) é vista como direito, sendo esse subjetivo. Através da abordagem teórica, identificamos que somente através da conscientização política (FREIRE, 1997), da alfabetização e do letramento os nossos jovens e adultos poderão ter os objetivos realizados. Os programas de Alfabetização para EJA e a continuidade do processo de escolarização desses estudantes tem sido uma luta permanente no Brasil, dos estados e municípios para assegurar este direito.

**Palavras-chave:** Educação em Freire. Níveis de Consciência. Direito.

### **Introdução**

O presente trabalho tem como objetivo apresentar um recorte da dissertação acerca da educação de Jovens e Adultos (EJA) que é vista como direito, sendo esse subjetivo, ou ainda, a educação como direito inerente ao ser humano.

A história da Educação de Jovens e Adultos no Brasil ficou marcada pela ausência de políticas públicas educacionais que garantissem o acesso e a continuidade eficiente a uma educação que atendesse as realidades dos sujeitos da EJA e sua diversidade. Nesse contexto, percebemos que a educação básica não recebia qualquer atenção. As poucas escolas existentes cumpriam uma função social mínima, pois atendiam a uma parcela diminuta da população e a educação de adultos inexistia, especificamente.

---

<sup>1</sup> Mestra em Ciências da Educação Universidad Politécnica y Artística del Paraguay. Professora da Educação Básica da rede Municipal de Vicência. Diretora do Departamento de Ensino. E-mail: mirampaulo@gmail.com.

<sup>2</sup> Orientador. Doutor em Educação. Professor de Pós-Graduação na Universidad Politécnica y Artística del Paraguay. E-mail: derlis\_ortiz79@hotmail.com.

Muitas mudanças ocorreram após a revolução de 1930, dentre elas a criação de um sistema público de educação elementar no Brasil. Isto ficou consolidado com a Constituição de 1934, onde foi criado o Plano Nacional de Educação. O ponto mais importante, porém aconteceu no Segundo Congresso Nacional de Educação de Adultos (1958), com a proposta feita pelo pernambucano Paulo Freire.

Em sua concepção teórico-metodológico, Paulo Freire (1997) rejeita toda e qualquer forma de manipulação do ser humano, concebendo-o como sujeito do saber que constrói e se reconstrói por meio da sua relação no mundo e com o mundo.

Considerando a contextualização aqui desenhada, introduz-se como tema de pesquisa **Educação de Jovens e Adultos: Um Estudo dos Níveis de Consciência nessa modalidade em tempos de resistência**. A escolha e a importância do tema intrínseco surgem a partir das inquietações e angústias que insistem em me acompanhar desde que entrei para o mundo acadêmico. Sempre vivi questionando meu processo de formação e minha *práxis*. E num *insight*, me vi convocada a refletir sobre minha condição de educadora, e assim me reportei aos meus primeiros anos de escola, época que considero a mais importante no processo de formação e desenvolvimento do sujeito, mas que em mim deixou 'lacunas' jamais preenchidas.

Visando empregar uma metodologia adequada para atender aos objetivos propostos, optamos pela realização de um estudo descritivo, que teve como aporte teórico, a pesquisa bibliográfica, com o estudo dos referenciais teóricos que abordam o tema e que serviram de subsídio para o desenvolvimento do estudo.

Na coleta de dados foram usados dois instrumentos: um questionário dirigido às professoras responsáveis pelas turmas da EJA e outro dirigido aos alunos(as) que integram o campo da pesquisa. A aplicação do questionário em relação aos alunos(as) pautou-se no diálogo entre a condutora do estudo e os participantes da coleta de dados. Por outro lado, o questionário aplicado às professoras foi respondido sozinho, sem a presença da condutora da pesquisa.

Finalmente, a metodologia utilizada na pesquisa, o modelo de pesquisa propriamente dito e a descrição de suas variáveis, os objetivos da pesquisa e uma síntese da análise dos resultados para atingir os objetivos determinados.

Acentua-se que os resultados foram suficientes para responder a todos os questionamentos norteadores do estudo e espera-se poder contribuir de forma responsável com o aperfeiçoamento das ações desenvolvidas pela referida pesquisa.

Dessa forma, depois de delimitado nosso tema, iremos desenvolvê-lo percebendo de antemão que educar, alfabetizar e conscientizar são os grandes desafios presentes na Educação de Jovens e Adultos. Nesse processo de pesquisa pretende-se investigar o porquê da falta de conscientização no período de alfabetização nas turmas de educação de jovens e adultos de Vicência, visto que muitos alunos continuam nos programas e projetos e não se desenvolvem devido à falta de consciência, por isso não crescem no processo de escolarização. Sendo assim, a problemática que motiva esta pesquisa é: a política de ensino de jovens e adultos tem contribuído para construção da consciência política, da alfabetização e letramento dos estudantes da EJA?

## **Referencial Teórico**

De acordo com Paiva (1987, p. 16) a Educação de Jovens e Adultos:

Vai desde a elementar (alfabetização) a conhecimento geral dado as pessoas que não tiveram oportunidades educacionais em idade própria ou que tiveram de forma insuficiente, não logrando alfabetizar-se e obter conhecimentos básicos correspondentes aos primeiros anos do curso elementar.

Nesse sentido, a Educação de Jovens e Adultos é uma educação para aquelas camadas populacionais mais pobres, que não tiveram chances de ingressar em um processo de escolarização formal. Em outras palavras, significa dizer que se trata de uma educação que pretende correr contra o tempo para fornecer a essa população uma educação ampliada de cultura geral e profissional, conforme o que está explícito na LDB nº 9394/96, art. 37:

A Educação de Jovens e Adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

Vale ressaltar que a maioria dos alunos da EJA está afastada da escola há anos, o que leva a perda de algumas habilidades cognitivas usadas no espaço formal da sala de aula.

Pensando dessa forma a educação de jovens e adultos ideal para esses jovens e adultos, estes que são repletos de informações e conhecimentos de mundo é uma educação baseada nos princípios

de soma de trabalhar conhecimentos existentes e fazer comparativos com os conhecimentos novos, os chamados conhecimentos científicos. Para que isto aconteça precisamos entender o significado de alfabetização que de acordo com Liliana Landsmanan é:

Ser alfabetizado é desempenhar um conjunto de atividades associadas ao uso prático. Por exemplo: saber ler uma bula, escrever uma lista de compras ou preencher um formulário, atividades que tornam o indivíduo mais adaptado a sociedade. Outra concepção tem aquele que vê na utilização da escrita uma aquisição do poder político, econômico mental. Um terceiro modo de ver a questão é entender o que é essencial para ser alfabetizado é ter adquirido as formas de expressão contidas nos livros e apreciar seu valor estético (1993, p. 30).

Mas não basta apenas ler e escrever, é preciso mais do que isso: participação social na vida política do país de forma consciente, participação equitativa na produção material da riqueza produzida, participação nas decisões da forma de existência material que se quer produzir, bem como de educação que a sustentaria, dentre outras. Assim sendo, arremata Freire (1987, p. 25), “só uma educação que tenha a conscientização como *práxis*, será capaz de formar jovens como intelectuais orgânicos para que possam travar as muitas batalhas a seu favor e de outros grupos oprimidos socialmente”.

É nesse sentido que a educação da EJA deve proporcionar ao educando o desenvolvimento da criticidade, afim de que o mesmo possa participar das questões sociais de forma consciente, decisiva e crítica. Uma educação que busque a ascensão crítica do aluno, que desenvolva a capacidade de analisar, compreender e, acima de tudo, opinar, ou seja, expor seus pensamentos de forma criativa, consciente e participativa sobre as questões do cotidiano da escola e fora dela.

Trata-se de uma educação que concebe os indivíduos e grupos marginalizados como sujeitos sociais que precisam lutar por dias melhores e que, para isso, é preciso uma educação que chegue a eles sem a burocratização do Estado, num movimento de educação popular (FREIRE, 1967). Tal educação tem como fundamento a conscientização a partir da *práxis* educativa efetiva e efetivada pelos sujeitos oprimidos, sob a orientação reflexiva de educadores sociais comprometidos com a causa desses indivíduos ou grupos sociais.

É percebido que muitas características da Educação Popular se aproximam da Educação Pedagogia-Social como afirma Torres (1992, p. 49) ao dizer que “as características distintivas da educação popular, hoje em dia, são de estarem ligadas aos movimentos populares”. A educação popular, propõe uma nova teoria, renovada da relação entre seres humanos, sociedade, cultura, educação e pedagogia. Essa é também uma proposta da educação-pedagogia social ir em busca de

uma epistemologia situada nas questões de exclusão social para além dela, a ponto de permitir a formação orgânica dos grupos oprimidos.

Para Oliveira (1995) o modo de inserção dos membros dos grupos poucos letrados na sociedade tem a marca da exclusão, em um sistema que o pleno domínio da leitura, da escrita e de outras práticas letradas são um pressuposto da constituição das competências individuais necessárias e valorizadas nessa sociedade.

Dentre os motivos elencados por Naiff (2008), destaca-se a necessidade de deixarem de estudar pra trabalhar, as péssimas condições de vida, e, principalmente a falta de algo que os façam interessar pelos estudos, alegando que quando chegam à escola não se sentem instigados a aprender. As características e peculiaridades dos alunos da EJA trazem à tona a necessidade da interação entre professor e alunos, visando romper com os entraves relativos às relações interpessoais, e a maior participação nas atividades propostas.

Gadotti (2003) comenta sobre alguns dados estatísticos que demonstram o quanto é alarmante tal problema em nosso país. Segundo o autor, havia em 1996, 66,4% de analfabetos no Brasil, ou seja, esta parcela da população não havia concluído o ensino fundamental. Esse dado mostra que existe um longo caminho a ser percorrido pela educação de jovens e adultos para superar as desigualdades impostas pela falta da alfabetização.

No que diz respeito à base legal da EJA, na atualidade, podemos dizer que a mesma vem ganhando um aparato, que surge de acordo com Soares (2002) na nova Constituição Brasileira de 1988, onde o art. 208 relata que “o dever do Estado com educação será efetivado mediante garantia de: I. ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria”. O artigo da Constituição deixa bem claro a regulamentação dessa modalidade de ensino, destacando

o dever do Estado em sua manutenção e o direito do povo a esta modalidade de ensino.

Segundo Soares (2002,12) “é um documento importante para se entenderem os aspectos da escolarização de jovens e adultos no interior de um campo mais abrangente que é o da Educação de Jovens e Adultos”. Este documento pode ser considerado orientador das práticas da EJA, nos últimos tempos, pois inclui os fundamentos, as funções e as bases históricas e legais, a formação docente, as Diretrizes Curriculares de EJA e o direito à educação, considerados fundamentais para compreensão do que rege essa modalidade de ensino.



## Educação em Freire

Paulo Freire foi um mestre, um pensador comprometido que contribuiu de forma significativa para uma nova visão da alfabetização, de modo precípua para jovens e adultos, por defender uma transformação social e uma busca de cidadania a partir da *práxis* alfabetizadora. Sua teoria revela um ato educativo consubstanciado da realidade sociocultural e política, favorecendo a libertação do educando. Sua proposta pedagógica procura dar ao homem a oportunidade de redescobrir-se através da retomada reflexiva do próprio processo em que vai ele se descobrindo, manifestando e configurando a prática de conscientização.

Sua proposta pedagógica, não pretende ser método de ensino, mas sim de aprendizagem; com ele, o homem não cria sua possibilidade de ser livre, mas aprende a efetivá-la e exercê-la, impondo-o a pensar e a viver a educação como prática da liberdade (FREIRE, 1967). Partindo dessa premissa, podemos dizer que a proposta metodológica de Paulo Freire para a educação, é uma prática que conscientiza e politiza. Não absorve o político no pedagógico, mas também não se põe inimidade entre educação e política. Não tem a ingenuidade de supor que a educação, só ela, decidirá os rumos da história, mas tem, contudo, a coragem suficiente para afirmar que a educação verdadeira conscientiza as contradições do mundo humano sejam estruturais, superestrutura ou interestruturais, contradições que impelem o homem a ir adiante.

## Níveis de consciência

A conscientização nos convida a assumir uma posição utópica frente ao mundo. É isso que Freire (1987) propõe em sua teoria pedagógica: uma grande utopia, a libertação dos oprimidos. Mas vale lembrar que a utopia não é o idealismo, é a dialetização dos atos de denunciar a estrutura desumanizante e anunciar a estrutura humanizante.

Nesse sentido, a utopia é um ato de conhecimento que exige conhecimento crítico. Não podemos denunciar o que ignoramos, aquilo que não conhecemos e não podemos anunciar se não conhecemos. Por esta razão, a utopia é também um compromisso histórico, porque é na história que devemos criar com nossas mãos e que devemos fazer a emancipação do ser acontecer. É o tempo das transformações que devemos realizar. Eis a razão porque somente os utópicos podem ser proféticos e portadores de esperança. É profético porque está envolvido em um processo que deseja restituir o

homem a viabilidade de poder realizar a sua vocação de ser sujeito. É portador de uma esperança viável que deseja restituir a história aos seus construtores. Guevara, Marx são exemplos que cabem nessa utopia profética. Segundo Freire (2001, p. 32) “a conscientização está evidentemente ligada à utopia. Quanto mais conscientizados nos tornamos, mais capacitados estamos para ser anunciadores e denunciadores, graças ao compromisso de transformação que assumimos”.

Freire assegura que a conscientização acontece justamente na *práxis*, sem o ato ação-reflexão ela não pode acontecer. Nesse sentido, fica óbvio uma relação intrínseca entre o processo de conscientização, o processo educacional e o processo concreto de libertação do homem.

Paulo Freire (1970) tinha uma necessidade de conscientizar educadores e educandos, onde ele dizia que “ninguém educa ninguém, os homens aprendem comunitariamente”. Segundo Oliveira (2002), Freire se posiciona, se limita no campo da pedagogia existencialista, isto é, concebe o homem como um ser de relações que está no mundo e com o mundo. Percebemos assim, que a conscientização não está baseada sobre a consciência, de um lado, e o mundo, de outro, está baseada na consciência-mundo.

A prática pedagógica elaborada por Paulo Freire reporta a necessidade de libertação do homem oprimido e a democratização da cultura. Em sua proposta a alfabetizadora a ação conscientizadora tem papel relevante e a importância da ação conscientizadora impõe a uma reflexão sobre a natureza da consciência.

Para sua reflexão sobre a consciência e a conscientização, o ponto de partida é a constatação do jogo dialético das relações homem-mundo. Nesta ação dialética ocorre a tomada de consciência por parte do homem com o mundo e no trabalho, na *práxis* o homem toma consciência de si, do mundo e dos outros.

A conscientização é sempre um ato de amor que pode restituir ao dominador e ao dominado a razão de ser homem. Será a expressão de um amor criativo capaz de destruir para construir; que deseja restituir ao dominado, e em última instância também ao dominador, o direito de ser homem, vocação que é comum a todos (FREIRE, 1987). Dessa forma, é que cada relação dos seres humanos com a realidade apresenta-se como um desafio ao qual precisa ser respondido de maneira original, pois não há modelo típico de resposta, senão tantas respostas quanto são os desafios, logo a resposta que cada um de nós dá a um desafio não transforma apenas a realidade com a qual nos confrontamos, mas a nós mesmos, cada vez mais e sempre de modo diferente.

É importante tecer algumas considerações a respeito da cultura do silêncio, ou consciência dominada. A cultura do silêncio implica o reconhecimento da cultura dominante. Nessa cultura,

dominadores quanto dominados, se encontram em relação dialética. Na cultura do silêncio, há algo característico dos oprimidos que se amuralham para defender-se e sobreviver (FREIRE, 1987). Por isso, as lideranças revolucionárias precisam além de conhecer suas debilidades, também suas potencialidades para as rebeliões.

Outra forma de consciência dominada, nas sociedades dependentes, é aquela que não toma suficiente distância da realidade com o fim de conhecê-la de maneira objetiva. A esta forma de consciência dá-se o nome de consciência semi-intransitiva. Nesta modalidade não se consegue captar muito dos desafios do contexto ou estes são percebidos de forma distorcida. Nela, o homem não se reconhece como agente, mas como mero expectador. Neste nível de quase imersão, não se verifica facilmente o que se chama percepção estrutural dos fatos, diz Torres (1977). Fatos, que implicam a compreensão verdadeira da razão de ser dos mesmos. Assim sendo, a explicação dos fatos se encontra sempre fora da realidade, às vezes nos desígnios divinos, no destino ou mesmo na “inferioridade natural” dos homens, cuja consciência se encontra neste nível.

A semi-intransitividade está associada ao fatalismo, em que a explicação para as situações problemáticas se encontra em um poder superior, ou simplesmente, na incapacidade humana, e isso em nada contribui para a transformação da realidade. De qualquer forma, sempre há a probabilidade de que os homens e mulheres que se encontram neste nível possam vir a superar essa compreensão simplista dos fatos e refazer uma nova leitura da realidade, permeados pela educação.

Evoluindo em diferentes níveis, surge mais uma nova forma de consciência popular, a chamada consciência transitivo-ingênua. De acordo com Freire (1981) é neste processo de amadurecimento da consciência que a educação exerce um papel decisivo: deve estar conjugada com o processo de mudança social.

## **Descrição dos achados**

É importante destacar neste dado que não somente os adultos, mas, sobretudo, os jovens que representam 50% na pesquisa reconhecem que a educação é uma ação transformadora na melhoria de sua qualidade de vida. Isto é importante porque se costuma ouvir da escola, dos profissionais, que esse público não se importa com a educação, com a escola e com a aprendizagem.

A pesquisa em seu resultado nos leva a refletir porque um sujeito não se importa ou não se interessa por aquilo que ele próprio afirma ser algo que melhora a sua vida. Será que a escola está tratando da mesma educação da qual os jovens acreditam? Como este processo está sendo refletido



e construído pela escola? São questões centrais que a escola deve se perguntar e refletir sobre a sua função social para atender as demandas que a ela estão postas.

É um avanço perceber na afirmativa que 100% dos estudantes veem a educação como sendo importante para a melhoria de vida. Salientando ainda, que essa condição depende da busca da realização pessoal, social e profissional de cada um. Quando dizem os porquês como, por exemplo: “ser alguém na vida”, na verdade todos já são cidadãos ativos na sociedade, mas nessa expressão está oculta a questão de ver a educação como forma de poder crescer profissionalmente, ter mais condição de vida, qualidade nos muitos aspectos da vida humana; outra expressão muito comum que afirmam: “que terão um futuro melhor” Isso implica o anseio dos estudantes que se estudarem o seu futuro será promissor. Isso, particularmente é muito interessante e socialmente também. A educação tem uma função social e também ontológica, ou seja, Souza (2000) afirma que a educação tem a função da humanização do homem e da mulher.

## **Conclusão**

Atendendo ao objetivo geral detectado na pesquisa que ainda falta a consciência política, o processo de alfabetização e o não uso do letramento tem sido um fator que está impedindo o sucesso do aluno da Educação de Jovens e Adultos para que possam dar continuidade aos estudos, e assim estão prejudicados, ou seja, sem condições de prosseguir em rumo aos seus objetivos e anseios, e um deles é com certeza a entrada no mundo do trabalho.

Os percentuais revelaram também que os educadores compreendem na sua grande maioria que os alunos da EJA não estão totalmente alfabetizados e isso tem dificultado o uso do letramento em sala de aula e, conseqüentemente, fora dela. Essa questão só reforça o que os alunos responderam as questões de uso da escrita e da fala e, percebe-se que eles usam pouco a escrita no dia a dia. No entanto, espera-se que eles usem bem a fala, a escrita e a leitura com competência para vencer as barreiras que se têm em viver numa sociedade letrada e agora com mais um aspecto desafiador a alta tecnologia.

Essas condições a que estão expostos os alunos deixa-os à margem, e vem prejudicando a elevação da autoestima dos estudantes da EJA, nos aspectos da criticidade em debates, em textos escritos, sejam eles orais ou não, mas que deveriam fazê-lo com habilidade, competência e destreza.

Na pesquisa fica evidente ainda, que tanto os professores quanto os alunos acreditam e concordam com a Educação de Jovens e Adultos, no entanto, os problemas elencados pelos docentes são visíveis; a falta de consciência dos alunos, a evasão escolar, o desinteresse de alguns, e os

problemas de infraestrutura afetam a elevação da escolaridade. E, o mais interessante é que 90% dos educandos afirmaram que a proposta da escola é interessante, analisando essa resposta percebe-se que há uma divergência da realidade com a narrativa dos estudantes, pois, se a proposta é interessante, como explicar os altos índices de evasão escolar nessa modalidade de ensino?

Também é interessante perceber que os sujeitos da pesquisa apresentam um nível de consciência semi-transitivo, pois de acordo com as respostas dadas, eles não perceberam que têm que ser protagonistas do processo transformador que tanto o Brasil precisa. São seres que ainda se sentem impotentes e passivos em meio a um turbilhão de mudanças que ocorrem no município, no estado e no país.

Portanto, a pesquisa alcançou o objetivo proposto e faz algumas sugestões para que a Secretaria de Educação local (Vicência), a Secretaria estadual de Educação, no sentido de fazer cumprir as leis vigentes com eficácia e eficiência, que a educação seja realmente de qualidade e equidade para todos, também é importante criar uma agenda local, regional e nacional para a Educação de Jovens e Adultos, assim como rever a política nacional de alfabetização de jovens e Adultos. Enfim, é preciso mais investimento nessa modalidade de ensino e melhoria da qualidade de vida das pessoas através da educação.

## Referências

BRASIL. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei N. 9394/96. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso em 10 ago. de 2018.

BRASIL. **Constituição Federal do Brasil de 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em 10 ago. de 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1970.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa**. São Paulo: Paz & Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. São Paulo: Cortez, 1967.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez, 1996.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire: Centauro, 2001.

GADOTTI, Moacir. **Educação de jovens e adultos**: um cenário possível para o Brasil. Disponível em: NAIFF, (2008) Luciene Alves Miguez. Educação de jovens e adultos em uma análise psicossocial: representações e práticas sociais. Acesso em 11 maio 2011.

OLIVEIRA, P. C. **Conscientização e liberdade na filosofia da educação de Paulo Freire**. Tese de Doutorado. Pontificiam Universitatem S. Thomae, Roma. 2002.

OLIVEIRA, M. K. de. **Aprendizado e desenvolvimento – um processo sócio histórico**. 4ª ed. São Paulo: Scipione, 2002.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. São Paulo: Contexto, 2002.

SOUZA, João Francisco de. **A educação escolar, nosso fazer maior, des (a) fia o nosso saber**. Recife: Bagaço, 2000.

PAIVA, V. P. **Educação popular e educação de adultos**. 5ª ed. São Paulo: Loyola, 1987.

